

A origem da acepção negativa de você no português europeu: os contextos de uso de Vossa Mercê em cartas oitocentistas

The origin of the negative meaning of você (you) in European Portuguese:
the contexts of using Vossa Mercê (Your Mercy) in 19th century letters

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.42825>

Célia Regina dos Santos Lopes

Professora Titular de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de Produtividade do CNPq.

E-mail: celiar.s.lopes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4344-1039>

Ana Luiza Neves Martins

Graduada em Português-Literaturas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista PIBIC-CNPq.

E-mail: analuizanevesmartins@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4289-8114>

Janaina Pedreira Fernandes de Souza

Graduada em Letras: Português/Literaturas, mestra e doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: jannapfs@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4658-4692>

RESUMO

O objetivo geral do trabalho é repensar a origem da acepção negativa dada à forma *você* no português europeu. Para tanto, apresentamos uma análise das formas tratamentais empregadas em cartas portuguesas do século XIX, a fim de descrever o comportamento de *Vossa Mercê* do qual *você* se originou. Levamos em conta os princípios da sociolinguística histórica (CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE, 2012) alinhados aos conceitos da *Teoria do Poder e da Solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960). O *corpus* de análise é formado por cartas portuguesas oitocentistas do projeto *Post-Scriptum* <http://ps.clul.ul.pt/pt/index.php>. Os resultados evidenciam uma enorme variedade de tratamentos distintos nas cartas. A análise levou em consideração os papéis sociais dos destinatários previstos em um secretário da época (FREIRE, 1823). Segundo o manual, se o indivíduo pertencesse a classes mais elevadas, receberia tratamentos de base nominal, o que foi encontrado em nosso *corpus*. Já para classes inferiores, os manuais indicariam o uso de *Vossa Mercê*, forma que apresentou um comportamento bastante peculiar e híbrido, pois aparece, ao mesmo tempo, em referência a indivíduos destituídos de status social no Portugal oitocentista e em relações assimétricas ascendentes no âmbito familiar. O pronome *tu*, no *corpus* analisado, predominou em relações mais solidárias e nas relações familiares assimétricas descendentes, como ainda continua ocorrendo no PE.

Palavras-chave: Formas de tratamento. Português europeu. Origem de *você*.

ABSTRACT

The aim of this paper is to rethink the origin of the negative meaning given to the form *você* (*you*) in European Portuguese. For that, we present an analysis of the address forms used in Portuguese letters of the 19th century, in order to describe the behavior of *Vossa Mercê* (*Your Mercy*) from which *você* (*you*) originated. As theoretical-methodological apparatus, we consider the principles of historical sociolinguistics (CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE, 2012) aligned with the concepts of Theory of Power and Solidarity (BROWN; GILMAN, 1960). The analysis *corpus* consists of 19th century Portuguese letters from the *Post-Scriptum* project <http://ps.clul.ul.pt/pt/index.php>. According to the results, we observe a huge variety of address forms in the letters. For the analysis, we have considered the social roles of addressees predicted in *Secretary*

Book (FREIRE, 1823). According to the manuals, if the person belongs to higher hierarchical positions, he will receive the nominal forms as an address, which was found in our corpus. To individual without social status, the *Secretary Book* indicates the use of *Vossa Mercê* (*Your Mercy*). This form presented a very peculiar and hybrid behavior, since it appears, at the same time, in reference to individuals without social status in 19th century Portugal and in ascending asymmetric relationships in the family scope. The pronoun *tu* (*you*) is more frequent in solidary relationships and in descending asymmetric family relationships, as is still the case in the EP.

Keywords: Address forms. European Portuguese. Origin of *você* (*you*).

Introdução

A configuração do quadro pronominal do português, em particular do sistema de tratamento de segunda pessoa, é um dos aspectos que mais apresenta distinções entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB). Enquanto no PB o emprego de *você* é amplamente aceito no plano da intimidade e reconhecido pelos seus falantes nas mais diferentes relações interpessoais e regiões do país devido a sua neutralidade, seu uso no PE pode ser considerado inadequado em várias situações interativas e *quase inadmissível* em outras tantas (cf. DUARTE, 2011, p. 87-88; GUILHERME; BERMEJO, 2015, p. 170). O trabalho mais recente de Nascimento, Mendes e Duarte (2018), com base em *corpora* de língua falada do português europeu, defende que o pronome *você* apresenta um uso muito “flutuante”, já que pode aparecer tanto em situações ofensivas quanto familiares. Isso possivelmente faz com que os falantes optem por omiti-lo, preferindo apenas a forma verbal em 3ª pessoa, como também defende Guilherme e Bermejo (2016).

As razões históricas que geraram as diferenças nos valores sociais atribuídos a *você* nos dois territórios ainda não foram discutidas a contento. Assim, o objetivo deste trabalho é buscar a origem e as possíveis motivações que levaram à situação atual de rejeição à forma *você* no PE, com base na análise das formas tratamentais empregadas em Portugal no século XIX, em particular, na descrição do comportamento de *Vossa Mercê* do qual *você* se originou. As questões que nortearam o artigo são: (i) Por que o pronome *você*, advindo do tratamento de deferência *Vossa Mercê*, assumiu essa acepção negativa no PE, diferentemente do que se observa no PB? (ii) Em que contextos sociais e interlocutivos *Vossa Mercê* e *você* eram empregados no século XIX? e (iii) O tratamento *Vossa Mercê* já teria uma acepção negativa na sociedade portuguesa oitocentista que pode ter desencadeado essa rejeição atual ao tratamento *você*?

Assim, para responder a essas perguntas, pretende-se localizar historicamente o início da mudança semântico-pragmática do pronome *você* no PE, a partir da descrição dos contextos de uso de *Vossa Mercê* em uma amostra de cartas.

Para dar conta do objetivo mencionado e compreender a dinâmica do emprego tratamental oitocentista em Portugal, realizamos uma análise geral de todas as estratégias de referência à segunda pessoa do singular (doravante 2SG), na posição de sujeito, identificadas em cartas portuguesas no século XIX. O *corpus* utilizado foi extraído do projeto *Post-Scriptum*¹ <http://ps.clul.ul.pt/pt/index.php> e

¹ Coordenado pela professora Rita Marquilhas, da Universidade de Lisboa, o *corpus* é formado por cartas privadas escritas entre os séculos XVI-XIX em Portugal e na Espanha. Os autores são os mais diversos possíveis, crianças,

é composto por cartas privadas escritas por portugueses de variados contextos e grupos sociais. Embora o nosso foco maior seja o tratamento *Vossa Mercê* > *você*, buscamos identificar os contextos motivadores para o emprego das formas de tratamento no *corpus* em análise em termos contrastivos. Alguns fatores linguísticos e extralinguísticos, tais como o preenchimento do sujeito, o momento histórico em que a carta foi escrita e o grupo social a qual pertencia o destinatário, foram observados na análise descritiva.

Partimos das principais hipóteses levantadas em estudos mais antigos e recentes sobre o tema (CINTRA, 1982; FARACO, 1996; RUMEU, 2004; MARCOTULIO, 2012, 2015; LOPES, 2019, etc). Os primeiros trabalhos defendem que a forma *tu*, no século XIX, apareceria em situações de intimidade e familiaridade, contexto de uso que tal pronome herda do latim e mantém no português desde então. Por outro lado, as formas de base nominal ocorreriam em situações de distanciamento, marcando, na maior parte dos casos, uma posição social elevada do interlocutor. A forma *Vossa Mercê*, da qual se origina *você*, por estar perdendo seu valor original de deferência, ocuparia o lugar das classes sociais inferiores, visto que os secretários – manuais de orientação para escrita de cartas – nos mostravam que tal tratamento só deveria ser usado quando o destinatário não tivesse nenhum título ou qualidade que o dignificasse a receber outros tratamentos nominais mais prestigiosos. (FREIRE, 1823).

O artigo foi organizado em cinco seções além dessa introdução e das referências bibliográficas. Na seção 1, será descrito o objeto de estudo na tentativa de resgatar os antecedentes históricos da complexidade do sistema de tratamento do PE. Nas duas seções que seguem serão apresentados os preceitos que fundamentaram a análise e a descrição do *corpus* de cartas. Em 4, descrevemos os resultados gerais das formas encontradas nas cartas, mostrando a distribuição nos primeiros quarenta anos do século XIX. Por fim, daremos destaque à presença de *Vossa Mercê* nos diferentes grupos sociais de destinatários das cartas a fim de evidenciar que tal forma se configurava como um tratamento bastante polivalente e híbrido na sociedade oitocentista portuguesa. Seguem as considerações finais e as referências utilizadas.

1. Descrevendo o objeto e situando a questão

No texto clássico sobre formas de tratamento, Cintra (1982, p. 13) destaca duas peculiaridades do sistema de tratamento do português atual que se contrapõem as de outras línguas românicas. A primeira delas seria a abundante variedade e frequência de emprego dos tratamentos de base nominal.

adultos, ladrões, policiais, soldados, artesãos, homens, mulheres, etc. A maioria dessas cartas foram usadas como prova de delitos.

A segunda é o fato de o PE ter um sistema de tratamento dividido em três níveis e não em dois como ocorre nas línguas em geral: *i. formas de intimidade, como tu; ii. formas do tratamento igualitário ou de superior para inferior, sem intimidade, você; iii. formas de cortesia, V. Ex., o senhor, etc.*

O francês cobre com um simples *vous*, o espanhol com um *usted*, o italiano com um *lei* quase todo o campo dentro do qual empregamos os tratamentos nominais, e ainda a maior parte daquele em que nos servimos dos pronominais *você* e *V. Ex.*^a (eles próprios antigos tratamentos nominais, hoje decaídos semânticamente e total ou quase totalmente gramaticalizados. (CINTRA, 1982, p. 14)

Nas primeiras fases da língua portuguesa, não havia tratamentos do tipo nominal e a oposição entre o plano da intimidade e de cortesia/distanciamento era como o das outras línguas românicas: *formas de intimidade (tu) x formas de cortesia/distanciamento (vós)*. Gradativamente, a forma *vós* “como tratamento cortês universal e único, apto para ser utilizado em qualquer circunstância, mesmo em alocações dirigidas ao rei” (CINTRA, 1982, p. 46) sofre desbotamento semântico-pragmático e formas de base nominal vão ocupando o seu lugar no plano da cortesia. O processo parece cíclico porque as novas estratégias que vão sendo inseridas na língua também passam pelo mesmo processo, na medida em que sofrem uma ampliação de uso.

Cintra (1982) atribui a expansão das expressões nominais como formas de tratamento, e sua especialização, à hierarquização da sociedade portuguesa a partir da Alfarrobeira (1449), como a vitória da facção palaciana de D. Afonso V. Em termos de uma cronologia aproximada, o autor identifica, em um primeiro momento, o tratamento *Vossa Mercê* nas crônicas de Fernão Lopes, em atas das cortes (1331), para referência a estrangeiros, principalmente, castelhanos. Outras formas – *Vossa Alteza* (1455) e *Vossa Senhoria* (1442) – ocorrem como uma expressão substantiva e são também encontradas na fala de castelhanos que se dirigem ao rei de Portugal. No século XV, *Vossa Mercê* aparece como tratamento para o rei (1460) e deixa de sê-lo logo depois em 1490. A degradação dos postos hierárquicos (ou a ascendência da nobreza e depois da burguesia) foi progressiva, e a expressão passou a referir-se a duques, depois a infantas, a fidalgos e a comerciantes. No século XVI, *Vossa Mercê* aparece nas obras de Gil Vicente para patrões burgueses. *Vossa Senhoria* passa, em menor escala, pelo mesmo processo de perda gradativa de reverência. Começa como tratamento ao rei, passa a ser empregado para fidalgos da nobreza e se estabelece em um nível superior ao de *Vossa Mercê*. *Vossa Alteza* se especializa como tratamento ao rei no século XV.

Essa especialização dos vários tratamentos, no fim do medievo e ao longo do período moderno, não ocorreu apenas em Portugal. As flutuações no emprego das formas de base nominal ficam evidentes na sua regulamentação pelas “leis de cortesia” de Filipe II na Espanha (1586) e em Portugal (1597). Se a regularização se fez necessária, isso significa que havia uma insegurança grande quanto ao

tratamento adequado aos altos cargos e postos na sociedade pela multiplicação das formas em emprego.

No século XVIII, *vós* era considerado arcaizante na medida em que foi se espalhando a pessoas de níveis e contextos sociais mais amplos. As formas nominais (*Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria*, etc) tiveram, em maior ou menor escala, uma progressiva alteração do seu valor social resultante da rápida multiplicação dessas formas em Portugal. Eram formas habituais no tratamento não íntimo entre iguais na aristocracia e foram sendo utilizadas por pessoas de *status* social inferior (criados, subordinados, etc.) ao se dirigirem a membros da aristocracia (FARACO, 1996).

Dois aspectos são importantes na descrição do objeto de estudo. O primeiro deles refere-se à diversidade de formas de tratamento de base nominal encontradas nesse *corpus* de cartas do século XIX. O segundo se refere ao comportamento de *Vossa Mercê* e de *você*, que nos interessa em particular nesse momento.

Para contextualizarmos o quadro social oitocentista trazemos à tona um texto da época – os secretários produzidos nos séculos XVIII–XIX (cf. FREIRE, 1823)². Nesses manuais, há instruções e regras que sinalizam os modelos a serem adotados na escrita de cartas, indicando quais as formas de tratamento a serem utilizadas para cada cargo e função. Trata-se de um bom parâmetro norteador, uma vez que o secretário dá instruções de que tratamento empregar e para quem. Em um dos manuais (FREIRE, 1823), o autor recomenda o uso de *Reverendíssimo Senhor*, *V. Eminência*, *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria Ilustríssimo*, *Senhoria* para os homens da igreja. Do mesmo modo, indica o uso *V. Excelência*, *Ilustríssimo*, *Excelentíssimo Senhor*, *Senhoria* para a nobreza.

Um comentário encontrado no secretário de Freire (1823) pode trazer novas evidências para reiterar a hipótese defendida aqui sobre a degradação do valor social de *Vossa Mercê* à época. Diferentemente das atribuições valorativas dadas às outras formas de base nominal para altos cargos da sociedade portuguesa, o tratamento (*Vossa*) *Mercê* aparece como a última opção na lista intitulada “Jerarchia Secular” apresentada no manual. Nesse tópico, Freire elenca quais os tratamentos que devem ser usados para cada posto social, dos cargos de maior prestígio aos de menor relevância social. Nas primeiras menções, Freire (1823, p.324) inicia com os tratamentos designados para a Nobreza:

Escrevendo-se a Duques, Marquezes, e Condes, se lhes deve dar, como Grandes do Reino, o Tratamento de *Excellencia* (...). No corpo dela (da carta), *V. Excellencia*: e depois no fim ao lado esquerdo, *Ilustrissimo*... (FREIRE, 1823, p. 324)

² Agradecemos ao Professor José Simões por disponibilizar os textos dos secretários da época e de trazer à luz essa questão (cf. SIMÕES, 2007).

Na sequência, o autor se refere aos cargos da Justiça e afirma que “escrevendo-se ao Regedor da Justiça (...) ao Governador da Relação do Porto” entre outros, “se lhes dará também o Tratamento de *Excellencia*” (p. 324)

Nos parágrafos que seguem, o autor faz menção aos Embaixadores, Vice Reis da Índia, Governadores, Capitães Gerais, Viscondes, Fidalgas, Damas do Paço, etc recomendando o uso de *Excelência* ou de *Senhoria*. Por fim, como última indicação da lista, Freire, pela primeira vez, menciona o tratamento *Mercê*, deixando claro que seria a forma de menor prestígio entre as elencadas anteriormente ao afirmar:

A quem não fôr condecorado com alguns destes empregos, qualidades, e dignidades, não deve dar o Secretario mais Tratamento que o de *Mercê*. (FREIRE, 1823, p. 326)

Essas referências de época são bastante pertinentes para a reconstrução histórica da evolução do tratamento *Vossa Mercê* no PE e, por consequência, do pronome gramaticalizado *você*. Trata-se de um testemunho que ajuda a recuperar sociolinguisticamente a origem do valor negativo atribuído a *você* no PE atual, como demonstraram estudos recentes (LEŠKOVÁ, 2012; PRATAS, 2017; NASCIMENTO, MENDES; DUARTE, 2018). De acordo com Guilherme e Bermejo (2015), *você* apresenta-se como um pronome de tratamento heterogêneo no que toca aos valores que veicula. Isto porque, conforme Faria (2009), “os parâmetros que definem a seleção desta forma de tratamento estão pouco fixados entre os falantes do PE.” (FARIA, 2009, p. 170). Esses trabalhos sobre o PE atual mostram a falta de consenso de qual é a interpretação que o interlocutor terá ao ser abordado pelo pronome *você*. Nascimento, Mendes e Duarte (2018) afirmam que esta forma pode ser usada tanto em situações familiares, como em situações mais respeitadas ou até mesmo ofensivas. Lešková (2012) mostrou, em sua pesquisa com 88 portugueses, que mais de um terço dos entrevistados costuma ofender-se quando tratados por *você*. Essa diversidade no uso de *você* faz com que os falantes nativos prefiram, muitas vezes, não utilizar esta forma, optando pela sua omissão e pela utilização da desinência de 3ª pessoa do singular (LEŠKOVÁ, 2012; PRATAS, 2017; NASCIMENTO; MENDES; DUARTE, 2018; GUILHERME; BERMEJO, 2015).

Com base nos secretários que são textos contemporâneos ao momento da escritura das cartas do *corpus* e nos estudos linguísticos do português europeu atual, pretendemos recuperar os antecedentes históricos desse comportamento desajustado de *você* no PE a partir da análise dos usos da forma que lhe deu origem (*Vossa Mercê*). A ideia é identificar e mapear cronologicamente as motivações que podem ter levado à rejeição que se tem ao emprego *você*.

Nas próximas seções, situaremos os preceitos teórico-metodológicos utilizados na análise e, na sequência, apresentaremos os resultados obtidos até agora.

2. Alguns pressupostos teóricos elementares

Adotaremos no artigo os preceitos da Sociolinguística Histórica (SH) (CONDE SILVESTRE, 2007; HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE, 2012), alinhados aos conceitos elementares da *Teoria do Poder e da Solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960) que são fundamentais para estudos com dados linguísticos do passado.

Embora siga os princípios norteadores da Sociolinguística Laboviana (SL), desde Weinreich, Labov e Herzog (1967), ao reconhecer a heterogeneidade linguística como inerente ao sistema linguístico e defender que as línguas estão em constante processo de variação e mudança condicionado por fatores estruturais e sociais, a Sociolinguística Histórica é hoje considerada uma disciplina autônoma com perfil próprio, tanto em termos metodológicos, quanto em relação aos objetivos da investigação. Diferentemente da SL – que busca compreender a língua *do passado* com base no que se tem *no presente* – a SH faz o caminho inverso: *reconstruindo* os estágios anteriores da língua para compreender como se chegou à realidade linguística atual. A descoberta de novos materiais sempre poderá elucidar as lacunas observadas nos estudos parciais feitos com as fontes documentais até então encontradas. Dentro dessa perspectiva, é preciso considerar, por exemplo, o gênero textual mais propício ao aparecimento do fenômeno investigado, a disponibilidade de material para o recorte cronológico estudado e a quantidade de informações existentes sobre os informantes e/ou a sociedade/comunidade em que viveram.

Na verdade, a SH enfrenta problemas próprios, pois os dados do passado são procedentes de amostras naturalmente enviesadas que sobreviveram na atualidade ‘por sorte’. Isso significa, por exemplo, que o controle de fatores externos (faixa etária, escolaridade, gênero, categoria social) podem ser lacunares e o investigador precisará reconstruir tais fatores a partir inclusive de pistas textuais. Os documentos que chegam às mãos do investigador histórico costumam ser “fragmentários, escassos e dificilmente vinculáveis com a produção real de seus falantes” (CONDE SILVESTRE, 2007, p.35) e nem sempre apresentam uma distribuição equilibrada para o controle das variáveis linguísticas e sociais.

Pela própria natureza do tema, analisaremos um *corpus* formado por cartas que constitui um gênero propício ao aparecimento de formas de referência à segunda pessoa do discurso. Em certa medida, existe uma relação “dialógica” entre os missivistas que pode ser considerada pressuposta, já que o interlocutor não está fisicamente presente no momento da enunciação (BAKHTIN, 1997), mas é interpelado com perguntas e solicitações feitas pelo remetente. Embora a carta possa eximir o seu autor de uma rigidez formal própria dos textos escritos por tratar de temas mais íntimos e espontâneos (KOCH, 2008), ela não isenta os indivíduos de certos protocolos comportamentais concernentes à relação e ao papel que cada um ocupa na sociedade durante o período estudado.

Além de a carta favorecer a presença de traços linguísticos mais próximos da oralidade, suas partes constitutivas (data, local, saudação inicial, corpo do texto, despedida e a assinatura) facilitam a identificação social da relação entre o missivista-destinatário, o reconhecimento do local de origem e do momento histórico da sua escritura: aspectos fundamentais para os estudos de sociolinguística histórica. Já em relação ao conteúdo, há grande variabilidade temática a depender do seu teor e de sua finalidade.

Para o controle do tipo de relação social existente entre remetente e destinatário, baseamo-nos no texto clássico de Brown e Gilman (1960) que estabelece a dicotomia entre “poder e solidariedade”. Em linhas gerais, nas sociedades hierarquizadas, como é o caso de Portugal oitocentista, alguns indivíduos podem exercer mais ou menos poder sobre os outros, marcando assim as relações assimétricas, como as existentes entre rei-súdito, cardeal-fiel, patrão-empregado e pai-filho, por exemplo. A semântica da *solidariedade* estabelece igualdade entre os indivíduos, marcando simetria no tratamento, como as relações entre compadres e irmãos. No texto, Brown e Gilman (1960) usam como nomenclatura de referência a oposição entre T(U) de intimidade e V(ós) de deferência advindas ambas do latim para o trato a um indivíduo. A primeira englobaria as formas menos polidas e de maior intimidade e a segunda daria conta das formas que marcam polidez no discurso e distanciamento entre os interlocutores. Assim, nas relações de poder, prevaleceriam formas associadas a V, que no período em questão, seriam basicamente as formas nominais: *Vossa Alteza*, *Vossa Reverendíssima*, *Vossa Senhoria*, etc. Nas relações solidárias, o uso mútuo do TU (recíproco ou igualitário) seria outorgado, configurando intimidade entre os participantes da situação comunicativa criada na missiva.

Na análise dos resultados, descreveremos com detalhes os critérios usados para o controle das relações sociais a partir da natureza do *corpus* e das orientações encontradas em Freire (1823): relações assimétricas ascendentes (de inferior para superior), descendentes (de superior para inferior) e simétricas.

3. O *corpus*

Como mencionado, o *corpus* utilizado no estudo é composto por cartas escritas em Portugal que foram extraídas do projeto Post-Scriptum (doravante PS³), coordenado pela professora Rita Marquilhas, da Universidade de Lisboa.

Foram analisadas 727 cartas portuguesas escritas no período de 1800 a 1833, assim distribuídas: 36 cartas para a primeira década (1800-09); 150 para a segunda (1810-19); 467 para a terceira (1820-

³ <http://ps.clul.ul.pt/pt/index.php>. O PS está disponível em edição crítica digital e é linguisticamente anotado, dando continuidade ao projeto CARDS (*Cartas desconhecidas*), cujo objetivo era editar cartas portuguesas privadas anteriores a 1900, como mostra Vaamonde (2015, p.58).

29) e 74 na última fase (1830–33). A edição das cartas no PS é bastante completa, pois é possível levantar os dados biográficos dos missivistas – como ocupação, estado civil e parentesco –, os dados da carta – data, lugar de origem e destino; o resumo do seu conteúdo – e os dados físicos do manuscrito – a descrição do suporte, o seu estado de conservação etc. As cartas foram recuperadas de processos judiciais que as utilizavam como prova de crimes para condenar seus autores, destinatários e pessoas citadas nas correspondências privadas (VAAMONDE, 2015, p. 58).

As cartas, em análise, apresentam uma diversidade temática bastante ampla: umas se propõem a dar notícias para algum amigo ou parente; outras pedem dinheiro para ajudar a libertar um companheiro preso; há ainda cartas de ameaça de morte, entre tantas outras. Não deixamos de ter inclusive as cartas de amor, de amizade e as cartas que falam sobre a imprensa, sobre a justiça, falsificações, adultério, fraudes, viagens, guerra, etc.

Mesmo cientes da falta de homogeneidade da amostra em termos da quantidade de material por década, há grande complexidade nos inúmeros papéis sociais exercidos pelos destinatários, como mostraremos na próxima seção. Tal diversidade viabilizará uma análise bastante representativa da sociedade portuguesa dos oitocentos.

4. Análise dos Resultados

Para a análise dos dados, foram consideradas como variável dependente as formas de referência à segunda pessoa de base nominal e verbo-pronominal utilizadas na posição de sujeito. Fazem parte do primeiro grupo um número bastante diversificado de formas como: *Vossa Alteza*; *Vossa Reverência*; *Vossa Excelência*; *Vossa Majestade*; *Vossa Senhoria*; *Vossa Reverendíssima*; *Vossa Ilustríssima*; *Vossa Paternidade*; *O Senhor*; *O Senhor Abade*; *Sua pessoa*; *Irmão Mestre*; prenome, entre outros. No segundo grupo, estão os pronomes pessoais plenamente realizados (*tu*, *você*, *vós*) ou apenas as formas verbais como sujeito nulo: verbo na segunda pessoa do singular (*_dizes*); verbo na terceira pessoa do singular em referência ao interlocutor (“*logo que _seja prezo _será revistado*”); verbo na segunda pessoa do plural também em referência a um único interlocutor (“*Joaquim cá tive a notícia q _fostes prezo*”).

Optamos por separar a variante *Vossa Mercê* do elenco das formas nominais, para testar a hipótese mais relevante do estudo de que *Vossa Mercê* já estava sofrendo forte desbotamento sociopragmático e perdendo o valor de deferência mais típico das formas de base nominal. Além da variável dependente, controlamos as seguintes variáveis independentes: (i) a realização plena ou nula do sujeito oracional; (ii) a década em que a carta foi escrita; e (iii) o papel social do destinatário. Os dados foram codificados no Excel e submetidos ao programa Goldvarb-X (SANKOFF et al, 2005) para o cálculo das frequências de uso das formas variantes. Por conta da falta de equilíbrio da amostra em termos da sua

distribuição no tempo e nas relações sociais diversificadas, não foi realizada uma análise da significância dos fatores controlados, por isso faremos uma descrição dos usos encontrados na amostra.

4.1 Distribuição geral dos dados de sujeito na amostra de cartas portuguesas (1800-1839)

Em termos dos resultados globais, foram identificadas 3061 ocorrências de formas de tratamento de 2SG na posição de sujeito em 727 cartas portuguesas do século XIX. Por ser um *corpus* amplo, encontramos uma diversidade muito grande de formas de tratamento, tanto de base nominal quanto pronominal. Como o nosso foco é observar os valores de *Vossa Mercê* e de *você*, quantificamos separadamente o tratamento *Vossa Mercê* das outras formas nominais, comentadas mais a frente.

A tabela 1 mostra a distribuição geral das formas de maneira panorâmica, já levando em conta a divisão dos dados em sujeito pleno e nulo. Se levarmos em conta a última linha da tabela (Total) observamos que, em termos dos resultados gerais, a estratégia mais frequente foi *Vossa Mercê* com 40,7% de frequência (1247/3061), seguida pela forma pronominal *Tu* com 27,8% (850/3061) e pelas outras formas nominais com 26,7% (819/3061). Destaca-se ainda que o verbo na terceira pessoa do singular sem referência definida na carta e o tratamento *você* apresentaram frequências abaixo de 5% nas cartas analisadas. Para o primeiro, tivemos apenas 3,5% de frequência e para o segundo 1,3%⁴:

Tabela 1 – Resultado geral das formas de tratamento na posição de sujeito (pleno e nulo) nas cartas portuguesas do século XIX

	Vossa Mercê	Outras Formas Nominais	Tu	Verbo na 3ª pessoa (sem referência)	Você	Total
Sujeito Pleno	636/1247 51%	417/819 50,9%	176/850 20,7%	0/106 0%	19/39 48,7%	1248/3061 41%
Sujeito Nulo	611/1247 49%	402//819 49,1%	674/850 79,3%	106/106 100%	20/39 51,2%	1813/3061 59%
Total	1247 40,8%	819 26,7%	850 27,7%	106 3,5%	39 1,3%	3061

Na tabela 1, a separação dos dados de sujeito pleno e nulo objetiva verificar se as formas de tratamento de base nominal (tanto *Vossa Mercê* quanto todas as demais) apresentam o mesmo comportamento em relação ao preenchimento do sujeito. Outro ponto a ser observado é se *você* –

⁴ Identificamos ainda 15 dados de um *vós* arcaizante, utilizado para se referir um único interlocutor/destinatário. Por serem poucos dados, não incluímos na tabela 1.

forma oriunda de *Vossa Mercê* – assume um comportamento semelhante ao pronome *tu*, preferencialmente nulo, ou ainda mantém taxas de uso altas como sujeito pleno, seguindo o comportamento da forma da qual se originou.

Se levarmos em consideração o valor percentual na última coluna da tabela, percebemos que, majoritariamente, as variantes de sujeito nulo⁵ foram mais produtivas do que as de pleno com 59%, o que pode ser explicado pelo fato do PE ser uma língua de sujeito nulo, como afirmam Barbosa, Duarte e Kato (2005), diferentemente do português brasileiro, que tem cada vez mais a tendência de preenchê-lo. Analisando os percentuais das formas em si, nota-se obviamente que a variante pronominal *tu* aparece mais representada pela desinência do que pela forma preenchida, com quase 80% de frequência. Destaca-se, entretanto, um forte equilíbrio entre nulos e plenos nas demais formas de base nominal: *Vossa Mercê*, com 51% e formas nominais, com 50,9%. Quanto a esse aspecto, a forma *você*, no *corpus*, apresentou uma leve preferência pelo sujeito nulo (51,2%), o que pode sinalizar, ainda que timidamente, que a forma *você* começava a se comportar mais como um pronome pessoal do que como o tratamento do qual se originou (*Vossa Mercê*). De qualquer forma, nossos resultados são pouco conclusivos a esse respeito, necessitando observar outros materiais do século XIX e do início do XX. Por enquanto, podemos dizer, a partir dessas diferenças percentuais próximas de 50%, que, quando existe um tratamento que concorda com o verbo em 3SG, há uma modesta inclinação para o preenchimento do sujeito.

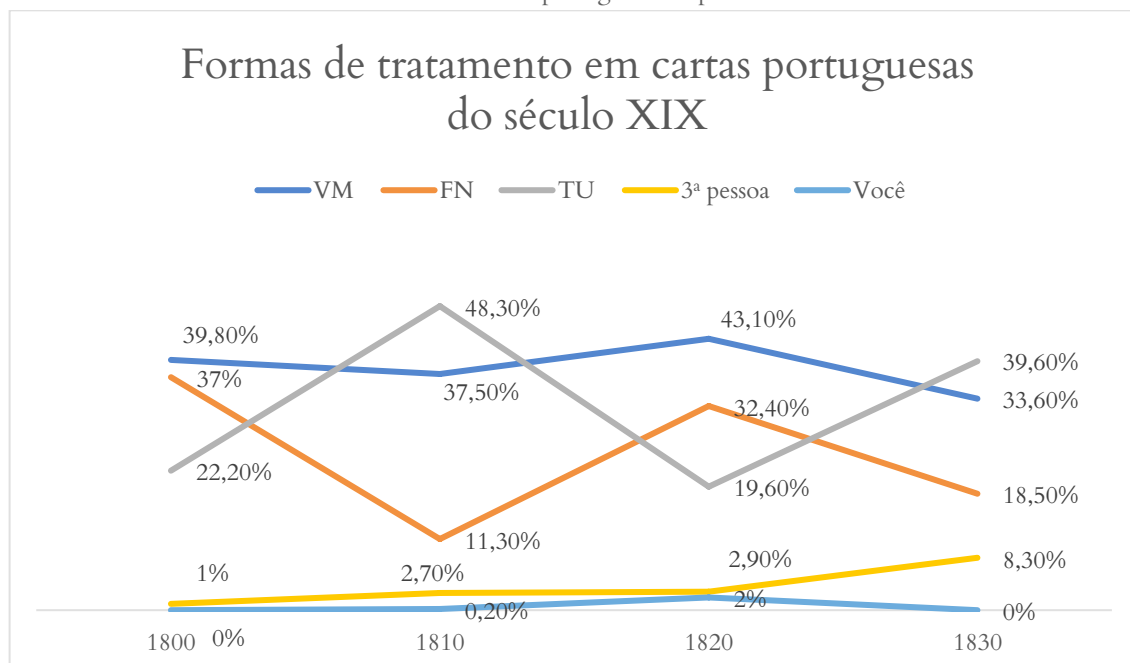
Além da distribuição dos dados de sujeito na amostra, analisamos os resultados obtidos através do tempo, a fim de responder às seguintes questões: durante todo o período estudado, é possível identificar uma distribuição equilibrada, ou não, das variantes? *Vossa Mercê* e as formas nominais apresentam comportamentos estáveis em termos cronológicos? Houve aumento ou diminuição no emprego do pronome *tu* na cronologia investigada, uma vez que *você* apresentou baixíssima frequência de uso? É possível notar indícios de um processo de mudança com a substituição de uma estratégia por outra?

⁵ Consideramos como sujeito nulo todas as vezes em que o sujeito não era expresso, percebendo-o apenas pela desinência do verbo, seja em 2SG ou 3SG.

4.2 As formas de tratamento na posição de sujeito na amostra de cartas portuguesas ao longo das décadas

Para o controle da variável tempo, os dados das cartas foram agrupados em quatro períodos: 1800-1809 (período 1), 1810-1819 (período 2), 1820-1829 (período 3) e 1830 em diante (período 4). O gráfico a seguir mostra tal distribuição das principais variantes ao longo do tempo:

Gráfico 1 – Formas de tratamento em cartas portuguesas na primeira metade do século XIX



A partir do gráfico 1, podemos perceber, em linhas gerais, comportamentos diferenciados das estratégias tratamentais encontradas nas cartas portuguesas oitocentistas: *Vossa Mercê* apresenta um comportamento estável ao longo das décadas analisadas com frequências em torno dos 40%, ao passo que *tu* se distribui irregularmente no tempo com um incremento a partir de 1830: 22,20% no período I, 48% no II, 19,60% no III e 39,60% no IV. A forma *você* se mostrou bastante incipiente com índices de frequência bem próximos de zero, ao lado da forma verbal de 3ª pessoa que apresenta uma ligeira ascensão em 1830 de 8,3%.

Em termos de uma projeção de mudança, o gráfico mostra uma ascendência de *tu* com quase 40% (e da forma de 3ª pessoa) e um decréscimo das outras estratégias de base nominal no último período (33,60% para *V.M* e 18,50% para as outras formas nominais). Tal comportamento diacrônico, entretanto, não pode ser discutido sem observarmos outros fatores extralinguísticos, uma vez que o próprio *corpus* não é homogêneo tanto no que se refere ao quantitativo de cartas por período controlado, quanto no que diz respeito ao tipo de relação entre remetente e destinatário.

Considerando que *V.M* foi a estratégia mais frequente do *corpus*, praticamente, ao longo dos quatro períodos de tempo controlados, aliado ao fato de *você* apresentar as taxas mais baixas de uso na amostra, nortearmos a análise dos resultados dando destaque para a diferenciação de uso dos tratamentos de base nominal em relação, principalmente, ao pronome *tu*, segunda estratégia mais frequente, atrás apenas de *Vossa Mercê*. Como propomos na introdução, o intuito é observar o comportamento de *V.M*. nessas cartas portuguesas para compreender a origem da atual rejeição ao tratamento *você* em Portugal.

4.3 Orientações dos secretários oitocentistas e os resultados por grupo de destinatários

Como mencionado na seção 1, o ponto de partida para essa segunda parte da análise baseia-se em referências de época, como é o caso dos manuais dos secretários produzidos nos séculos XVIII e XIX. Esses manuais apresentam cartas compiladas cuja função era, de acordo com Simões (2007), dar instruções e regras sobre a estrutura da carta de cada modelo do gênero, bem como explicitar as formas de tratamento que deveriam ser usadas a depender do *status* que tal destinatário tinha na sociedade.

Em um manual português, publicado em 1823 e baseado secretários espanhóis e italianos, Freire (1823) orienta os seus leitores o que um bom secretário deve fazer. É interessante, por exemplo, a menção que faz aos usos tratamentais e ao comportamento que devem assumir para o trato com pessoas “de condição inferior” e “as pessoas ilustres”. Nesse último caso, que nos interessa aqui, Freire afirma que os secretários devem escrever “com estylo respeitoso” quanto ao tratamento, termos e consequências das cartas “para não ofender” o destinatário.

Na seção intitulada “Formulario de Tratamentos mui necessários ao Secretario Portuguez” (FREIRE, 1823, p. 12), o autor enumera as fórmulas a serem utilizadas “para que não nasça por culpa sua algum pique”. Fica bastante nítida a preocupação com os postos hierárquicos e com os usos adequados a serem empregados “com quem seu Amo não tenha particular confiança, o que lhe he superior pelo nascimento, dignidade, &c ou também se a Carta for de formalidade, e de cerimonia”. Ao fazer menção às hierarquias eclesiásticas (Cardeais, Arcebispos, Bispos, Ministros da Santa Igreja de Lisboa, etc) e seculares (Duques, Marqueses, Condes, Regedor da Justiça, Vice Rei da India e do Brasil, Governadores, etc), somente são mencionadas formas de base nominal como: *Reverendíssimo Senhor, V. Eminência, Vossa Excelência, Vossa Senhoria Ilustríssimo, Senhoria*, no primeiro caso, e *V. Excelência, Ilustríssimo, Excelentíssimo Senhor, Senhoria*, no segundo (p. 322–326). Partimos dessas referências gerais dos secretários de época para a análise das formas empregadas aos cargos de alto escalão, ou seja, nossa hipótese é a de que a alta frequência de formas nominais nas primeiras décadas

do século XIX deveu-se à presença de cartas dirigidas às pessoas pertencentes a grupos hierarquicamente superiores da sociedade portuguesa.

Além de estarem previstos no manual os destinatários que possuíam funções nomeadas pelo Rei, títulos de nobreza, com postos na hierarquia eclesiástica, jurídica ou militar, Freire (1823) aponta quais seriam as formas tratamentais adequadas para outros grupos sociais, como é o caso de profissionais que atuam no comércio ou no campo e os destinatários mais íntimos no campo familiar ou de amizade.

Para o grupo social de trabalhadores (comerciantes, fazendeiros, proprietários de terra, negociantes, lavradores, trabalhadores autônomos etc), espera-se que *Vossa Mercê* seja mais produtivo do que as formas nominais, pois, na avaliação de Freire (1823, p.326), o tratamento *Mercê* deve ser dado aos que não tiverem empregos/cargos de prestígio. Nas relações de maior proximidade, com pessoas que compartilham de um relacionamento íntimo, ou seja, amigos, familiares, conhecidos ou até mesmo entre casais, prevê-se o emprego predominante de *tu*, visto que este pronome sempre foi, desde as origens latinas, mais utilizado em casos de familiaridade e intimidade entre os interlocutores, de acordo com Faraco (1996), entre outros.

Tendo em vista essas hipóteses formuladas a partir dos manuais da época, apresentaremos nas seções que seguem a distribuição das formas de tratamento considerando os três grupos postulados:

- (1) Destinatários que assumem papéis sociais delimitados com poder de autoridade nomeado pelo rei;
- (2) Destinatários que atuam socialmente nas áreas vinculadas ao trabalho, seja comercial ou agrícola;
- (3) Destinatários que fazem parte de um relacionamento mais íntimo com os remetentes, seja no campo familiar ou não.

4.3.1 O topo da pirâmide social: as formas nominais e os títulos sociais

No *corpus* foi encontrado um conjunto de cartas destinadas à alta sociedade do século XIX, incluindo o rei, a própria realeza, a nobreza, o clero, membros do judiciário, da administração pública ou privada, militares e policiais. Schwartz (1995) ressalta que esses grupos visavam

viver sem recorrer a tais atividades [trabalho braçal, ser dono de loja, artesão e outras ocupações]; procuravam antes os rendimentos de aluguéis e cargos públicos (...) Fortuna, domínio senhorial, autoridade sobre dependentes, manutenção e promoção da linhagem e dedicação às armas ou à política constituíam (...) a meta a ser atingida. (SCHWARTZ, 1995, p. 210)

Como afirma Gouveia (2008), a sociedade portuguesa oitocentista era, ainda, muito hierarquizada. Neste sentido, as funções exercidas pelos grupos sociais estavam bem demarcadas, e a delimitação do poder se refletia sobremaneira no tratamento empregado.

A tabela 2 traz os resultados do grupo 1. Nota-se que só foram encontradas formas de base nominal, além do tratamento por *Vossa Mercê*. As outras estratégias – *Tu*, *you* e 3ª pessoa – não apresentaram ocorrências na amostra:

Tabela 2 – Formas de tratamento empregadas nas cartas destinadas à alta sociedade portuguesa oitocentista

Grupo 1: Cargos e títulos do alto escalão social	Formas de tratamento empregadas na posição de sujeito pleno				
	FN	%	VM	%	Total Geral
Realeza	10	100%	-	0%	10
Nobreza	33	97,1%	1	2,9%	34
Clero	64	46,4%	74	53,6%	138
Judiciário	56	65,1%	30	34,9%	86
Administração pública	42	77,8%	12	22,2%	54
Administração privada	8	100%	-	0%	8
Esfera policial	25	100%	-	0%	25
Porteiro real	7	100%	-	0%	7
Patente militar	38	22,8%	129	77,2%	167
TOTAL	283	53,5%	246	46,5%	529

Percebe-se que há um predomínio do uso de formas de base nominal para quase todos os cargos. Para a realeza, exemplificado em (1), administração privada, em (2); esfera policial, em (3); e porteiro real, em (4); as formas nominais tiveram emprego categórico (únicas estratégias em uso com 100% em todos os cargos). Em relação a outros cargos da nobreza, exemplificado, em (5); ao judiciário, em (6); e à administração pública, em (7); as formas de base nominal também predominam, mas estão em variação com *Vossa Mercê*. Apenas em dois desses nove grupos de destinatários de alta patente, a forma *Vossa Mercê* se sobrepôs às outras estratégias de base nominal: patentes militares com 77,2%, em (8); e clero com 53,6%, em (9):

- (1) Realeza
- a. pois só [Va Mde] (=Vossa Majestade) como Rei, Senhor e Pai de seus povos, póde ter a satisfação, de consolar ao inocente e tornar o desgraçado felis (CARDS0213 – 1824)
 - b. Á vista do q deixo dito, [Vossa Alteza Real] Determinará quaes são as providencias q se devem dar em caso tão melindroso, e arriscado (CARDS0323 – 1823)
- (2) Administração privada
- a. Dezejo que [VSa] goze de huma perfecta Saude (CARDS5215 – 1822)
 - b. Parasendome q o [snr] fará o favor de esperar athe este tempo (CARDS6313 – 1828)
- (3) Esfera policial
- a. á pouco se observou com aquelles máos Cidadões, q [VSa] tem mandado prender (CARDS0070 – 1827)
 - b. tem o [Senhor Entendente] hun grande ofisial para esta Delega (CARDS0174 – 1822)
 - c. [V Exa] como Intendente Geral da Policia tomara sobre o resto do Negocio, as demais medidas q julgar convenientez (CARDS1201 – 1817)
- (4) Porteiro real
- a. e Se [VSa] quizer que Eu a faça paçandome huma Procuração com todos os poderes (CARDS7156 – 1829)
- (5) Nobreza
- a. [V E] (= Vossa Excelência) ja estará convencido, que na publicação do fatal impresso, não houve complicação alguma (CARDS0217 – 1824)
 - b. [Vm] participará a sua Alteza Real, q hontem ás oito horas da noite estive com Sandoval (CARDS0318 – 1823)
- (6) Judiciário
- a. [Vmce] Me pacara huma fé de Rao pa saber o q a de fazer (CARDS6122 – 1805)
 - b. Elle sabe q [VSa] he seu Amo e por iso nunca se podera esquecer de VSa (CARDS5096 – 1823)
 - c. Dezejo q [Va Exa] dê conhecimto a El Rei de minhas participações (CARDS0309 – 1823)
 - d. Assim [Va Rma] (=Vossa Reverendíssima) fara o que bem sabe e lhe parecer (CARDS0304 – 1825)

- (7) Administração pública
- a. em Cuja ou Cazião lhe remeti 15\$840, dizendo-lhe q [VSa] daria o resto (CARDS0292 – 1827)
 - b. [V Exa] melhor que outros Conheçe a nesseçide que há deste Negócio (CARDS7147 – 1819)
 - c. [Vmce] lhe Emtreguara logo logo o dito dinheiro (CARDS0066 – 1822)
- (8) Patentes militares
- a. me Lembro do que o Juiz me dice e do que [VS] me dice (CARDS0068 – 1824)
 - b. dezejo saber se [vmce] ja a emtregou (CARDS0117 – 1819)
 - c. não he percizo fazer mais viva pintura da ma infernal situação pois [Va Exa] bem ser to está dela (CARDS5050 – 1826)
- (9) Clero
- a. Vi a carta que [V R] (=Vossa Reverendíssima) se dignou deregirnos a mim (CARDS8038 – 1808)
 - b. Mas não o fizemos talves para que o [Irmão Mestre] não ficasse sem o seu Collegio (CARDS0231 – 1823)
 - c. Olhe pa minha mizera em que ando a trez annos sem poder Alcançar isto que [Vmce] tem (CARDS0276 – 1825)
 - d. [V P R] (= Vossa Paternidade Reverendíssima) portanto depois de receber esta ma communicará isso mesmo á sua commuidade (CARDS0294 – 1809)
 - e. Se [V Exa] me fazia o obequezio de mandar emprestar da Sta Igreja (CARDS5057 – 1826)
 - f. Dom luis i ho Chuco lhe da a sua palavra de numca ho [Senhor abade] ser atacado i podera amdar como emte agora (CARDS5195 – 1823)
 - g. Emfim [sua mce] conhesse mto bem estas Bestas (CARDS6109 – 1818)

Os exemplos destacam, nos nove grupos identificados, todas as variantes de base nominal que ocorreram. Tal comportamento evidencia que para algumas funções/postos houve uma variedade menor de formas de base nominal.

Se observarmos as diferentes funções do grupo 1, percebemos que alguns cargos/títulos correspondem a um universo mais restrito do que outros. Ao nos referirmos ao rei e à nobreza, há um grupo limitado de pessoas: o Rei e alguns nobres, duques, etc. Nesse caso, identificamos *Vossa Majestade* e *Vossa Alteza Real* com alguma variação. Para o Porteiro Real, só foi identificada uma única maneira de tratar: *Vossa Senhoria*. Todavia, na maioria dos outros cargos, percebemos uma grande variedade de formas, principalmente para cargos do judiciário e do clero. Isso pode ser explicado pelo fato de dentro desses grupos existir uma hierarquia muito grande, com funções pré-definidas e cargos superiores uns aos outros.

No *secretazrio portuguez*, Freire (1823, p. 323–324) já aponta para tal fato observado nos dados, prevendo uma forma nominal diferente para cada função eclesiástica, por exemplo:

Havendo de escrever a Cardeal, porá bem no alto da Carta: *Eminentissimo e Reverendissimo Senhor*. (...) Havendo de escrever aos principaes da Santa Igreja de Lisboa, será obrigado a dar-lhes o tratamento de *Excellencia*, como Grandes do Reino. (...) Aos ministros da Santa Igreja de Lisboa, que vestem Habito Prelaticio, pertence o tratamento de *Senhoria Illustrissima* (...) Aos Conegos da mesma Santa Basilica deverá tratar sempre com o Tratamento de *Senhoria* (...) Escrevendo o secretario ao Geral Esmoler Mór, aos Reformadores das Ordens Religiosas, aos Geraes das mesmas Ordens, ao D. Prior da Ordem de Christo, aos Provinciales das Religiões, e ao Reitor da Universidade de Évora, deverá dar o Tratamento de *Paternidade Reverendissima*. (FREIRE, p. 312, 323–324)

Além de observar a diversidade de formas nominais, nos interessa observar o comportamento de *Vossa Mercê* nesse grupo que congrega postos de alto escalão da sociedade portuguesa do início do século XIX. Em que contextos, o tratamento *V.M.* era empregado? Como se viu na tabela, a forma *Vossa Mercê* foi localizada predominantemente em cartas destinadas a militares e ao clero e, em menor escala, ocorria para destinatários do judiciário e da administração pública.

Um olhar mais qualitativo dos dados vislumbra um emprego de *V.M.* em contextos bastante complexos e distintos. Por um lado, nas cartas escritas para militares, *V.M.* resguarda ainda um certo caráter de deferência. Foram cinco cartas de distanciamento em que o remetente explica ao destinatário por que não pagou o dinheiro que devia. Em outra, o missivista mostra seu ressentimento com o destinatário; e, em uma terceira, o autor compromete-se a testemunhar em defesa do destinatário. Houve ainda cartas com pedido de ajuda e outras em que se pede o cumprimento de uma promessa. Por outro lado, nas cartas escritas para o clero, o tom é completamente outro. Em nove das dezoito cartas observadas, foi identificado um discurso bastante ameaçador na relação entre remetente–destinatário. Como dito anteriormente, nossas cartas pertencem ao *corpus Post Scriptum*, que serviam, majoritariamente, como prova de delitos. Dessa forma, há muitas cartas de criminosos, e muitos ameaçam o destinatário em troca de dinheiro para libertação de prisioneiros, em troca de sustento, etc. Vejamos alguns exemplos para elucidar essa questão:

- (10) Pois [Vmce] pode em escriturar a nós todos trez por bem não querer que nós passamos a matallo sem precisão Alguma (CARDS0277 – 1825)
- (11) e Logo q Eu Reseva carta do meu camarada q [Vmce] isto não tenha fto Logo marchou Com os meus Camaradas pa lhe tirar qto [Vmce] tiver e aRazarlhe tudo e tirarlhe a própria Vida mmo dentro de Caza (CARDS5261 – 1825)

Em (10), vemos que o remetente intimida o destinatário, um padre, a ajudá-lo no que é necessário: pede para o sacerdote inseri-lo, juntamente com dois companheiros, em uma seita satânica. Caso se negue, ameaça-o de morte. Já em (11), o missivista pede 20 moedas para libertar um amigo da prisão, ameaçando-o caso se negue a cumprir o pedido.

Esse comportamento de *Vossa Mercê* nas cartas em análise dá indícios do desbotamento semântico-pragmático do traço de cortesia, distanciamento e respeito que lhe era próprio nos primeiros tempos. Aparentemente, *Vossa Mercê* já havia sofrido grande espraçamento social que acarretou um uso mais generalizado com a perda gradativa de seu caráter de deferência. Interessante destacar que tal emprego é bastante semelhante aos valores atribuídos a *você* no português europeu, conforme afirmam Nascimento, Duarte e Mendes (2018), entre outros. As autoras argumentam que o tratamento *você* pode ser utilizado, nos dias de hoje, tanto como uma forma de tratamento ofensivo como uma forma respeitosa ou familiar (regionalmente ou socialmente marcada). É possível, então, que a forma *Vossa Mercê*, da qual se originou o *você*, apresentasse um comportamento similar no período oitocentista. No primeiro caso, como tratamento respeitoso. No segundo, como forma de tratamento ofensivo naquelas cartas cujo objetivo era ameaçar o receptor.

4.3.2 Os trabalhadores e *Vossa Mercê*

Contraopondo-se ao primeiro grupo, os trabalhadores braçais, comerciantes e artesãos, destituídos de status social, ocupavam posições inferiores na sociedade portuguesa oitocentista (SCHWARTZ, 1995). Por conta do desprestígio que o tratamento *Mercê* começa a apresentar, segundo a avaliação de Freire (1823, p. 326), postulamos que *Vossa Mercê* ocorra mais frequentemente do que as formas nominais e pronominais neste grupo social. Os resultados obtidos estão na tabela a seguir:

Tabela 3 – Formas de tratamento empregadas nas cartas destinadas a trabalhadores comerciais e agrícolas

Grupo 2: Trabalhadores comerciais ou agrícolas	Formas de tratamento empregadas na posição de sujeito pleno						TOTAL GERAL
	FN	%	VM	%	TU	%	
Senhorio	-	0%	17	100%	-	0%	17
Fazendeiro ou proprietário de terra	-	0%	39	100%	-	0%	39
Lavrador	1	3,4%	26	89,7%	2	6,9%	29
Trabalhador Autônomo	-	0%	50	100%	-	0%	50
Comerciante	-	0%	55	100%	-	0%	55
Negociante	9	12,3%	64	87,7%	-	0%	73
Empregado para Patrão	15	64,3%	10	35,7%	-	0%	14
Ladrão	-	0%	17	100%	-	0%	17
TOTAL	25	8,2%	278	91,1%	2	0,7%	305

Os dados obtidos nas cartas portuguesas vão ao encontro das orientações sinalizadas nos secretários. Os missivistas preferiram, majoritariamente, *Vossa Mercê* para se referir aos grupos dos trabalhadores comerciais ou agrícolas (91,1%) na totalidade dos dados. Cinco dos oito grupos profissionais encontrados apresentaram uso categórico de *Vossa Mercê* com 100%: *senhorio*, *fazendeiro*, *trabalhador autônomo*, *comerciante*, *ladrão*. Nota-se na tabela 3 que as formas de base nominal são pouquíssimo frequentes (8,2%) e o pronome *tu* (pleno ou nulo) é completamente inexpressivo (menos de 1%).

Alguns aspectos saltam aos olhos com esses resultados, permitindo que algumas das questões formuladas no estudo possam ser respondidas. Em primeiro lugar, vemos nitidamente que *VM.*, nesse *corpus*, não apresenta o mesmo comportamento de uma forma de base nominal. As frequências de uso são completamente díspares, evidenciando que, no geral, *VM.* tem um emprego diferenciado das outras formas nominais. Há praticamente uma distribuição complementar. Enquanto as outras *FN.* são mais produtivas nas cartas destinadas aos altos postos nomeados pela Realeza, a forma *VM.* é recorrente nas cartas aos trabalhadores. Em segundo lugar, há de se considerar que, se *VM.* se distingue das *FN.*, tal tratamento também difere do íntimo *tu* que não apareceu nesse grupo de trabalhadores. Em terceiro lugar, tal resultado reitera o que fora observado no tópico anterior sobre o espriamento de *Vossa Mercê* para uma gama variada de destinatários distintos, o que pode ter acarretado sua rejeição gradual em contextos de deferência nas cartas portuguesas da época. Essa presença expressiva de *Vossa Mercê* nas cartas de diferentes atuações profissionais pode ainda confirmar o tom de desdém que Freire (1823, p.326) atribui ao item *mercê* no seu manual *O secretario portuguez*, já referenciado na seção 1:

a quem não fôr condecorado com alguns destes empregos, qualidades e dignidades, não deve dar o Secretario mais Tratamento do que o de *Mercê* (...) e principiará a carta de nenhum modo dizendo: Meu Senhor, ou Senhor meu; porque será causa de que seu Amo se comprehenda nas penas da Lei novissimas do Tratamento. (FREIRE, 1823, p. 326)

Como se nota no comentário do autor para a escrita de cartas no século XVIII e XIX, (*Vossa Mercê* não era mais um tratamento adequado a destinatários ilustres “com empregos, qualidades e dignidades”. O autor do manual dá a entender pelo tom imperativo (“não se deve dar...”) que empregar *Mercê* era quase proibido aos cargos hierárquicos superiores e nomeados pelo Rei. Aparentemente *V.M.* já se espriava para postos menos nobres ao ser tão produtivo em cargos de menor prestígio no período, como é o caso dos destinatários que atuavam no campo e no comércio.

Antes de encerrar essa seção, vamos comentar os contextos de variação observados na tabela. Percebe-se que houve variação tratamental nas cartas para lavradores, negociantes e de empregado para patrão. Nos dois primeiros casos, identificamos o emprego de formas nominais e do pronome *tu*, mas sem que o *Vossa Mercê* perdesse sua hegemonia (com 89,7% para os lavradores e 87,7% para os negociantes). A forma nominal utilizada como referência a ambos os grupos foi *O Senhor*.

Por fim, há apenas um subgrupo em que as formas nominais foram mais produtivas em detrimento de *Vossa Mercê*: os empregados quando escreviam para os seus patrões. Aqui, provavelmente, as relações de poder devem ter atuado, uma vez que o patrão está hierarquicamente acima do empregado. Nesses contextos, as formas nominais se mostraram mais frequentes para mostrar respeito e diligência.

Até agora percebemos que em ambos os grupos apresentados – de alta sociedade e os trabalhadores – não há intimidade entre os missivistas. Vejamos, então, o quanto esse fator influencia na utilização das formas de tratamento observando as cartas de maior intimidade entre os missivistas.

4.3.3 Intimidade, familiaridade e o uso do *tu*

O último grupo corresponde aos destinatários com quem os remetentes possuem maior solidariedade seja pelas relações de parentesco consanguíneo ou não (pais-filhos, primos, casais, irmãos, cunhados, etc) seja nas relações de amizade (amigos, conhecidos). Como mencionado anteriormente, o emprego da forma de intimidade *tu* (plenamente realizada ou não) seria, ao contrário do que vimos nos dois grupos anteriores, a estratégia mais recorrente, pois desde o latim e depois em português, ao longo dos séculos, esse pronome foi sempre utilizado em situações de pouca formalidade (FARACO, 1996).

Entretanto, não se pode esquecer que mesmo reunindo nesse grupo relações sociais mais simétricas (amigos, irmãos, compadres) que favorecem o pronome *tu*, também há aqui assimetria no tratamento marcada nas relações de superior-inferior (pais-filhos, padrinho-afilhada) e de inferior-superior (filhos-pais, sobrinhos-tios). Desse modo, formas de maior distanciamento, como as de base nominal, em um primeiro nível de formalidade, e a variante *V.M.*, em um segundo nível, também são esperadas.

Para facilitar a leitura dos resultados na tabela, subdividimos em três grupos: relações simétricas, assimétricas descendentes e assimétricas ascendentes. Incluímos um subgrupo intitulado “outros” que reúne conhecidos e outros que não puderam ser categorizados por falta de informações sobre os destinatários. Nesses dois casos, não foi possível, na leitura da carta, identificar o tipo de relação:

Tabela 4 – Formas de tratamento empregadas nas cartas destinadas a destinatários de maior intimidade e familiaridade

Grupo 3: Familiares e amigos		Formas de tratamento empregadas na posição de sujeito pleno										
		FN	%	VM	%	TU	%	VC	%	3a	%	T
Simétricas	Amigos	78	27.4%	66	23.2%	111	38.9%	12	4.2%	18	6.3%	285
	Primos	5	18.5%	-	0%	22	81.5%	-	0%	-	0%	27
	Irmãos	-	0%	7	3.2%	211	95%	-	0%	4	1.8%	222
	Compadres	-	0%	22	100%	-	0%	-	0%	-	0%	22
	Cunhados	3	6.5%	-	0%	43	93,5%	-	0%	-	0%	46
	Casal	5	1.5%	126	37%	205	60.1%	-	0%	5	1.5%	341
Assimétricas Descendentes (sup-inf)	Pais-filhos	1	0.6%	-	0%	167	99.4%	-	0%	-	0%	168
	Padrinho-afilhada	-	0%	12	26.1%	17	37%	-	0%	17	37%	46
Assimétricas Ascendentes (inf-sup)	Filhos-pais	-	0%	34	94.4%	-	0%	-	0%	2	5.6%	36
	Sobrinhos-tios	14	26,4%	39	73,6%	-	0%	-	0%	-	0%	53
Outros	Conhecidos	-	0%	25	100%	-	0%	-	0%	-	0%	25
	Outros	405	43.2%	392	41.8%	55	5.9%	27	2.9%	58	6.2%	937

Embora a tabela seja bem complexa pelos diferentes níveis que existem nas relações familiares e de amizade, os resultados gerais estão de acordo com o esperado quando observados globalmente (cf. FARACO, 1996; CINTRA, 1982, entre outros). Vejamos os exemplos:

- (12) onde [tu] moreres ei de eu acabar (CARDS0043 – 1832)
- (13) e [tu] não te esqueças de trazer as gazetas mais modernas (CARDS0055 – 1812)
- (14) eu bem sei que [tu] não me podias fazer mais nada (CARDS7052 – 1818)
- (15) Ma prima eu não sube q [tu] estavas duente (CARDS6304 – 1829)
- (16) Agora hé perçizo q [tu] ve-nhas o mandes a Lisbôa (CARDS0051 – 1832)
- (17) pois eu sou responçavel por todas as dispezas que [Vmce] tem feito (CARDS6118 – 1820)
- (18) deve [vmce] con-tar q esta serve de avizo (CARDS6119 – 1820)
- (19) pois he q me falta he esta boa informação q [Vmce] der de mim (CARDS0298 – 1819)
- (20) pois o que [Vmce] gastar heu pagarei quando for (CARDS5138 – 1821)
- (21) Logo que [VMce] se queira entender comigo, e eu lhe poderei dar todas as provas de q o dinheiro me foi tirado por ele (CARDS5176 – 1825)
- (22) sendo convenien-ti que [VMce] lhes faça logo avizo (CARDS5178 – 1825)
- (23) segundo vejo [tu] cada ves tenes menos juízo (CARDS0016 – 1827)
- (24) esto con quidado in tudo q [tu] fas pur la digeme (CARDS7017 – 1833)
- (25) mais pacience sinpre [] ten duvidado, de minh amizade u tempo lhi a de mostrar a verdade (CARDS7018 – 1833)
- (26) Pois [vosa senhoria] non fica pobre (CARDS0004 – 1825)

Nas relações mais simétricas (mais solidárias e com menos poder), prevaleceu o *tu* como previsto. Essa forma predominou entre casais (12), amigos (13), irmãos (14), primos (15) e cunhados (16). Nas

cartas trocadas entre compadres ou simplesmente entre conhecidos, *Vossa Mercê* foi categórico. Em termos qualitativos, os 22 dados de *VM* nas cartas trocadas entre compadres ocorreram em apenas duas cartas com os mesmos remetentes-destinatários. Em uma delas, trata-se de um pedido de desculpas (17), ao passo que na outra, o remetente ameaça o destinatário caso não cumpra sua promessa (18). Novamente, reiteramos o fato de a forma *Vossa Mercê* transitar em contextos bastante distintos. Nas cartas rotuladas de “conhecidos”, *Vossa Mercê* foi localizado em quatro cartas: uma escrita à criada (19), duas destinadas a um assistente (20, 21) e uma terceira para alguém cujo papel social é desconhecido (22). Mais uma vez *Vossa Mercê* foi utilizado entre iguais de classes inferiores, ou seja, aqueles destituídos de *status*, como temos observado no *corpus*.

Nas relações assimétricas descendentes, o pronome *tu* prevaleceu entre pais-filhos (23) (99,4%) e houve variação entre *tu* e a forma desinencial de 3ª pessoa nas cartas de padrinho-afilhada (24, 25) (37% nos dois casos).

Nas relações assimétricas ascendentes, é *VM*. que aparece com traços de deferência marcando ainda poder. Esse comportamento se alinha à clássica perspectiva de Brown e Gilman (1960, p.256), quando afirmam que “a primeira experiência que um indivíduo tem com a subordinação ao poder é quando se trata de seus pais”.

Para o grupo intitulado de “outros” (pelo fato de não identificarmos a relação social entre o remetente-destinatário), tivemos o predomínio das *Formas Nominais* com 43,2% (26).

Em suma, observamos na amostra de cartas portuguesas oitocentistas uma enorme variedade de tratamentos distintos. Quanto às formas nominais, percebemos sua presença para cargos de nomeação real ou pessoas pertencentes a posições hierárquicas superiores na sociedade portuguesa da época. O pronome *tu* predominou em relações mais solidárias e nas relações familiares assimétricas descendentes, como ainda continua ocorrendo no PE.

A forma *Vossa Mercê* apresenta um comportamento bastante peculiar. Seu uso transita entre a ofensa – visto nas cartas com tom ameaçador –, a intimidade – em relações simétricas. É um tratamento comum para se referir aos indivíduos destituídos de *status* social no Portugal oitocentista e ainda pode aparecer em contextos de tom de respeito, uma vez que aparece de inferiores para superiores. Em nossa análise, verificamos que *Vossa Mercê* apresenta um comportamento flutuante e multifuncional, por ocorrer em contextos bastantes distintos: a ofensa, o respeito em relações solidárias e o distanciamento entre grupos sociais não-ilustres.

4.4 E os poucos dados de *você* nas cartas portuguesas?

Para finalizar a discussão dos resultados, falta comentar a incipiente presença de *você* como sujeito pleno e nulo na amostra. Como consta da tabela 1, de um total de 3061 dados, foram localizadas apenas 39 ocorrências de *você*, o que equivale a apenas 1,3% do conjunto de dados recolhidos. Nesse sentido, a análise dos poucos dados de *você* será de natureza qualitativa, observando em que cartas foram usados.

Embora sejam poucas ocorrências de *você* e estejam limitadas a três cartas apenas, já se percebe que o seu emprego é bastante marginal, reiterando as nossas hipóteses sobre a rejeição e o valor negativo desse tratamento advindo de *V.M.* Em duas das três cartas, *você* aparece em contextos de ameaça e de ofensas. Estão, nesse caso, as cartas de número 0164 e 0168.

A primeira é uma carta particular, escrita em Lisboa, no ano de 1815, por Joaquim Simplício Ferreira Rocha, um soldado da Marinha que se dirige a um antigo amigo da família, Luís Manuel Xavier. O autor da carta ameaça e injúria o seu destinatário que não lhe deu asilo nem intercedeu por ele junto da família. O destinatário (Luís Morato) é o autor de um processo contra Joaquim Rocha porque estava receoso que ele e seu irmão atentassem contra sua vida. A carta (0164) estava anexada ao processo como “testemunho do perigo que o autor dizia correr.” Seguem alguns fragmentos da carta em que se percebe o tom de ameaça ao destinatário pelo fato de ter se recusado a ajudar seu irmão Estevão:

- (27) [você] tem dado que falar a esse bairro todo: [você] tem dislustrado a delicadeza com que se falava dos meus. Responda-me a mim não teve [você] vergonha de aparecer a Estevão? e não tem [você] vergonha quando aparece aos meus, e quando lhe aparecer (...), por is-so [você] usou da groçaria que só a voce, e não a elle fazem Réo... (CARDS0164 -1815)

A segunda carta (CARDS0168) foi escrita em 1828 também em Lisboa. Trata-se de uma carta anônima escrita para Luís Gonçalves, em que o remetente também insulta e ameaça o seu destinatário:

- (28) Snr Corcunda de Merda. Hoje bebi hua Garrafa de vinho a saúde de huma sentença q vmce há de ter contra na Cauza da Viuva Cunha e Oliveira, hei de ter a satisfação de o ver amarrotado por hum Constitucional (...) Se aqui chegar o Snr D Pedro 4º há de levar o diabo os Corcundas todos, e [você] como he dos do Paço da Rainha há de ser dos primeiros (...) e ainda o hei de vêr, [você] (se não morrer) com huma tigella o Caldo, porq com o dro q lhe der o Veanna não ha de [você] Comprar dez reis de p, porq esse mesmo ha de servir talvez para o impor d

aqui pela Barra fora, para que [você] não tenha o atrevimento de dizer mal do Sobrinho da Viuva da Cunha Oliveira (CARDS0168 - 1828)

Em (28), além do xingamento na saudação inicial (*Corcunda de Merda*), é interessante observar a variação das formas de tratamento encontradas no documento. O autor usa *você* e *Vossa Mercê* para se referir ao seu destinatário, o que já pode evidenciar um nivelamento sociopragmático das duas formas no período.

A terceira carta (PS1037) em que localizamos dados de *você* foi escrita em 1823 por um religioso dominicano (Mário) e se destina ao frei António de São Tomás Carreno (outro religioso dominicano). Nela, como consta do site, o remetente dá instruções sobre a transferência e salvaguarda dos seus pertences que se encontram na sua cela e em outras partes do convento onde vivia:

(29) Longe da vista, longe do coracao, he justamente o que em [você] se verifica a meu respeito, escrevo-lhe continuamente, pagando aqui o porte para nao sobrecarregar com despesas q nao tem obrigaçao de fazer, e nem assim tira um bocadinho de tempo pa responder a hum deportado q he verdadeiramente seu Amo (...) eu dezejaria bem q [você] tivesse onde as recolhesse pa nao saírem pa for; logo q estiverem em cima feche a porta e nao entregue a chave (...) Eu nao me julgo por ora desapropriado da cella; e quando o estivesse deveria pro tirar os meus traste fra veja [você] se dentro da commoda ficárao huas patentes de Prior.

Em (29), tem-se um contexto bastante diferente do que foi observado nas cartas anteriores. Não se trata, nesse caso, de uma carta de ameaça, mas sim de uma conversa entre amigos religiosos. O tom é bem afetuoso e de proximidade. Nesse caso, o contexto de uso de *você* é similar ao do pronome *tu* de familiaridade.

Mesmo com poucos dados e restritos a três cartas, notamos que o tratamento *você* circulava em contextos amplos e complexos, apresentando um comportamento instável e transitando por espaços discursivo-pragmáticos distintos e típicos de formas híbridas em processo de mudança. Como já demonstrou Lopes (2009), o tratamento *você* em cartas brasileiras do século XIX também era veiculado em contextos de uso bastante distintos, embora não tivesse uma acepção negativa como observado no PE. A autora mostra que a forma inovadora tanto pode ocorrer como uma estratégia de prestígio usada pela elite brasileira da época, quanto pode ser usada como um tratamento informal em variação com o pronome *tu*. A despeito de serem raros os dados de *você* no PE oitocentista, é possível conjecturar seu caráter *polifuncional*, como observado para *Vossa Mercê* na amostra.

Considerações finais

Embora as amostras do passado sejam sempre parciais e não representativas da sociedade da época, a análise que fizemos baseada nas cartas encontradas no site <http://ps.clul.ul.pt/pt/index.php>, organizado pela equipe comandada pela Professora Rita Marquilhas da Universidade de Lisboa, nos permitiu reconstruir um fragmento do tempo, mostrando a origem da acepção negativa dada atualmente à forma *você* no PE. Observando com mais detalhe os empregos de *Vossa Mercê* e das outras formas de tratamento nas cartas oitocentistas portuguesas, conseguimos captar um retrato interessante desse passado histórico, como são os resultados resumidos a seguir.

Além de detectarmos a alta frequência de *Vossa Mercê* (40% do total de ocorrências) nesse *corpus* de mais de 700 cartas, o aspecto mais importante desse estudo talvez tenha sido a tentativa de correlacionar os papéis sociais dos destinatários identificados nas cartas com o que estava previsto nos manuais dos secretários da época (FREIRE, 1823). Tal proposta nos permitiu observar o seguinte, em suma:

- (a) Para os destinatários que exerciam funções de alto escalão na sociedade portuguesa oitocentista, eram utilizadas as formas de base nominal e muito raramente a forma *VM* como previsto nos manuais de secretário da época (FREIRE, 1823).
- (b) Para os trabalhadores, no geral, o emprego de *Vossa Mercê* era mais produtivo do que as demais estratégias encontradas;
- (c) Nas relações familiares e/ou de certa intimidade, a forma *tu* foi a mais usada, embora *Vossa Mercê* estivesse presente também nas relações que envolviam poder (cf. BROWN; GILMAN, 1960), como cartas escritas de filhos para pais e de sobrinhos para tios.

Tais resultados concernentes à amostra em análise nos dão bons indícios de um comportamento *polifuncional* e híbrido de *Vossa Mercê* no século XIX que certamente vai influenciar nos valores negativos do *você* atual no PE, diferentemente do que ocorre no PB. Aparentemente, o tratamento *VM* ainda conservava alguns de seus traços iniciais de polidez, pois prevaleceu em situações que marcavam respeito, como o tratamento familiar assimétrico ascendente na amostra. Contudo, *Vossa Mercê* ocorria em contextos muito díspares, como é o caso das cartas de ameaça, o que demonstrava, além do seu espraiamento para outros contextos, uma semântica ofensiva. A presença em contextos tão dispersos deixa claro o desbotamento semântico-pragmático que *VM* sofreu desde os seus

primeiros textos em português, contrapondo-se ao que se verificou para as outras formas nominais. A atual rejeição ao emprego de *você* no PE tem claramente suas origens em um uso bastante disseminado em diferentes contextos de *VM*. no século XIX ou, provavelmente, antes disso. Recuar mais no tempo talvez seja necessário para marcarmos cronologicamente o início da perda de seu valor de cortesia, complementando nossa análise com novos materiais que ajudem a elucidar as razões históricas que geraram as diferenças nos valores sociais atribuídos a *você* nos dois territórios.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. por M. E. Galvão Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBOSA, Pilar; DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia; KATO, Mary. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 4, n° 2, p. 11-52, 2005.
- BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, Thomas A. (ed.) **Style in language**, 1960, p. 253-76.
- CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - CLUL (Ed.). **P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna**. Disponível em: <http://ps.clul.ul.pt>. Acesso em: 05 ago 2018.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Sobre "formas de tratamento" na língua portuguesa: (ensaios)**. Lisboa: Livros horizonte, 1982 [1972].
- CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. **Sociolinguística histórica**. Madrid: Gredos, 2007.
- DUARTE, Isabel Margarida. Formas de tratamento em português: Entre léxico e discurso. **Revista Matraga**, v.18, n° 28, p. 84-104, jan./jun., 2011.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. **LaborHistórico**, v.3, n° 2, p.114-132, jul | dez, 2017. Republicado de: FARACO, Carlos Alberto. O tratamento de você em português: uma abordagem histórica. **Revista Fragmenta**, v. 13, p. 51-82, 1996.
- FARIA, Rita Nogueira Freire. **O Fenómeno da Delicadeza Linguística em Português e em Inglês**. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Ciências Sociais Humanas, Universidade Católica do Porto, 2009.
- FREIRE, Francisco José. **O Secretario Portuguez**. Lisboa: Impressão de João Nunes Esteves, 1823.
- GOUVEIA, Carlos A. M. As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu. In: OLIVEIRA, F.; DUARTE, I. M. (orgs.). **O Fascínio da Linguagem: Actas do Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca**. Porto: CLUP/FLUP, 2008, p. 91-99. Disponível em: https://www.academia.edu/22480102/9_2008_As_Dimens%C3%B5es_da_Mudan%C3%A7a_no_Uso_das_Formas_de_Tratamento_em_Portugu%C3%AAs_Europeu_In_OLIVEIRA_F_e_I_M_Duarte_orgs_O_Fasc%C3%ADnio_da_Linguagem_Actas_do_Col%C3%B3quio_de_Homenagem_a_Fernanda_Irene_Fonseca_Porto_CLUP_FLUP_91_99. Acesso em: 01 mai 2020.
- GUILHERME, Ana; BERMEJO, Víctor. Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em Português Europeu. **LaborHistórico**, v. 1, n° 2, p.167-180, jul. | dez. 2015.
- HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan M.; SCHILLING, Natalie. The application of the quantitative paradigm to historical sociolinguistics: problems with the generalizability principle. In:

- HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. Oxford: Wiley-Blackwell Publishing, 2012. p. 63-79.
- KOCH, Peter. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español. In: KABATEK, Johannes. (Ed.). **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas**. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2008. p. 53-88. (Lingüística Iberoamericana, 31).
- LEŠKOVÁ, Jana. **As formas de tratamento em Português Europeu**. Olomouc. Diplomová práce (Mgr.). UNIVERZITA PALACKÉHO V OLOMOUCI. Filozofická fakulta, 2012.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. A formação dos sistemas de tratamento em português: mudança e avaliação. **LaborHistórico**, v. 5, p. 257-294, 2019.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. Retratos da mudança no sistema pronominal: o tratamento carioca nas primeiras décadas do século XX. In: CORTINA, Arnaldo; NASSER, Sílvia Maria Gomes da Conceição (Orgs.). **Sujeito e Linguagem: Séries Trilhas Linguísticas**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2009, v.17, p. 47-74.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. **Vossa Mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. Sobre la génesis de 'Vossa Mercê' en el portugués medieval. **Linguística** (Madrid), v. 31-1, p. 61-79, 2015.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MENDES, Amália; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro. **Revista Diadorim**, v. 20 – Especial, p.245-262, 2018.
- PRATAS, Sara Alexandra Pinto. **As formas de tratamento e o ensino de português como língua não materna**. Dissertação (Letras (Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda)). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.
- RUMEU, Márcia Cristina de Brito. **Para uma História do Português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows**. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. Uma sociedade escravista colonial. In: SCHWARTZ, Stuart B **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 209-223.

SIMÕES, José da Silva. **Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro**. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VAAMONDE, Gael. P.S. Post Scriptum: Dos corpus diacrónicos de escritura cotidiana. **Procesamiento del Lenguaje Natural**, v. 55, set., p. 57-64, 2015.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].